



Os cientistas e a comunicação de risco

RAQUEL DO CARMO SANTOS
kel@unicamp.br

A divulgação dos resultados de estudos acadêmicos sobre temas polêmicos, como a contaminação ambiental, merece maior preocupação por parte dos pesquisadores. Se há consenso quanto à importância da divulgação científica para a sociedade, ela também deve ser realizada de forma eficaz, sem prejudicar a população envolvida. A chamada “comunicação de risco” é um conceito relativamente novo, focado na troca de informações entre diferentes atores sociais, basicamente no que se refere a sua natureza, magnitude, interpretação e gestão do risco. O conceito ganhou força com o acidente na usina nuclear de Chernobyl, em 1986, devido à dificuldade dos cientistas em transmitir ao público leigo informações técnicas a respeito dos riscos.

“A comunicação é fundamental para a comunidade científica, que é consciente disso. Mas é preciso rever as formas de divulgação, considerar todas as facetas, pois esse tipo de pesquisa, por si, já é de natureza alarmante”, explica a jornalista Gabriela Marques Di Giulio. Ela é autora de dissertação de mestrado desenvolvida no Departamento de Política Científica e Tecnológica, do Instituto de Geociências (IG) da Unicamp, que traz novamente ao debate a



A jornalista Gabriela Di Giulio e o professor Newton Muller Pereira: “Uma pesquisa sobre contaminação ambiental, por si, já é de natureza alarmante”

questão da comunicação de risco. Gabriela realizou um estudo de caso na cidade paranaense de Adrianópolis, no Vale do Ribeira, que ficou conhecida nacionalmente em 2001, quando a grande imprensa veiculou dezenas de matérias evidenciando a contaminação de moradores por chumbo resultante das atividades de mineração praticadas entre 1945 e 1995 na

região. A jornalista analisou matérias e entrevistou moradores e autoridades do município, com o objetivo de avaliar o impacto posterior na comunidade das informações veiculadas. “As consequências foram bastante negativas. Os moradores acabaram rotulados pejorativamente como ‘chumbados’ e, com isso, tiveram dificuldades para encontrar emprego em ou-

tros locais. Também houve desvalorização das terras e propriedades, sendo que os produtos agrícolas foram rejeitados, por um tempo, pelos consumidores de outros municípios”, informa. Com a orientação dos professores Newton Müller Pereira e Bernardino Ribeiro de Figueiredo, ambos do Instituto de Geociências, Gabriela Di Giulio também entre-

vistou pesquisadores que estudaram o caso de Adrianópolis, jornalistas que participaram da cobertura e autoridades da Secretaria de Saúde do Paraná. Ela ressalta que o principal intuito da pesquisa, financiada pela Fapesp, foi promover a discussão em torno da comunicação de risco. “Não trata de apontar se a imprensa acertou ou errou, mas de promover uma reflexão, tanto por parte dos jornalistas como dos pesquisadores, sobre as formas de divulgação e seus impactos”, justifica. Nesse sentido, Gabriela acredita que também faltou uma estratégia para envolver representantes da comunidade na gestão do risco, o que é fundamental no processo. “Não basta informar a comunidade, é preciso garantir que ela participe ativamente do processo decisório para a solução dessas situações consideradas de risco”, observa.

Segundo Gabriela, seu trabalho contribuiu para evidenciar que, embora pesquisadores e órgãos públicos estejam preocupados com a comunicação de risco, ainda há um longo caminho a percorrer até que estratégias utilizadas em outros países sejam adotadas aqui. “Falta aos brasileiros reconhecer o direito e o dever de participar mais ativamente dos processos de tomada de decisão, assim como falta aos pesquisadores uma maior consciência sobre o envolvimento das comunidades antes e durante a realização de suas pesquisas. Também ao poder público, falta uma legislação que assegure a validação desses direitos”.

Gastrocentro estuda método não-invasivo para identificação da bactéria *H. pylori*

Uma alternativa ao exame de endoscopia digestiva para diagnóstico da bactéria *Helicobacter pylori* – causadora de úlcera no estômago e no duodeno – está em estudo no Centro de Diagnóstico de Doenças do Aparelho Digestivo (Gastrocentro) da Unicamp. Trata-se de identificar o antígeno da bactéria nas fezes. O professor José Murilo Robilotta Zeitune explica que, mesmo constituindo um exame relativamente simples, a endoscopia é considerada invasiva, pois exige procedimento anestésico e a retirada de amostras de tecidos para análises. O método em avaliação no Gastrocentro, denominado Premier Platinum (HPSA), foi desenvolvido nos Estados Unidos e, além de não ser invasivo, pede ao paciente apenas a coleta que já é culturalmente rotineira para a população.

Segundo Zeitune, as pesquisas no Gastrocentro visam demonstrar a eficácia do HPSA. Para a análise nas fezes é necessária a importação de determinados produtos, mas espera-se que o custo seja barateado com o uso. “Na medida em que o método for popularizado, a idéia é adquirir os kits por preços mais acessíveis. A técnica é nova no

Brasil e existe um caminho a percorrer”, explica o professor. Por enquanto, o aluno Renato Massao Suzaki, do quinto ano da Medicina e orientando de Zeitune, conta com bolsa de iniciação científica do CNPq para avaliar o HPSA no controle da erradicação da bactéria em adultos.

A *Helicobacter pylori* é a principal bactéria causadora da úlcera no estômago e no duodeno. No Brasil, além da endoscopia, o teste respiratório e o sorológico são outras formas de constatar a sua presença no organismo. O teste respiratório é complexo, enquanto o sorológico não constitui um diagnóstico da infecção ativa. O HPSA, por sua vez, já demonstrou alta acurácia no diagnóstico antes do tratamento da úlcera. A pesquisa de Renato Suzaki refere-se ao diagnóstico pós-tratamento, o que facilitaria a condução dos procedimentos por não necessitar da endoscopia para avaliar a evolução da doença. O bolsista acompanhou 25 pacientes submetidos à terapêutica no Hospital das Clínicas da Unicamp e, após pesquisar o antígeno comparado com outros métodos diagnósticos, demonstrou a alta especificidade para o HPSA. O trabalho contou com o apoio financeiro da Pró-Reitoria de Pesquisa, através do Fundo de Apoio ao Ensino e Pesquisa (Faep). (R.C.S.)

Foto: Antonio Scarpinetti



Renato Suzaki e o professor José Murilo Zeitune: opção para amenizar o desconforto do paciente no tratamento de úlcera de estômago e do duodeno

Uso de lupa e telescópio constrange alunos que apresentam baixa visão

Mesmo sabendo das vantagens de utilizar auxílios ópticos como lupas, telescópios e óculos especiais, as crianças e jovens com baixa visão se sentem constrangidos quando estão no ambiente escolar. Esta seria a principal barreira para o uso adequado dos equipamentos, segundo estudo com escolares entre 8 e 18 anos realizado por Daniela Alves dos Santos, aluna de graduação em Pedagogia. Orientada pela professora Maria Elisabete Rodrigues Freire Gasparetto, da Faculdade de Ciências Médicas, Daniela entrevistou dez destes escolares e observou que, temendo a reação dos colegas, eles acabam negando a própria necessidade do auxílio. A pesquisa ressalta a importância de oferecer esclarecimentos sobre a deficiência visual e suas implicações aos profissionais da educação e da saúde, aos familiares e à sociedade em geral. “O professor não precisa ser um especialista, mas é fundamental o acesso a informações mínimas para realizar esse trabalho de inclusão”, diz a graduanda.

Faz parte da rotina da professora Maria Elisabete acompanhar a adaptação dos escolares ao uso de auxílios ópticos, quando prescritos pelos oftalmologistas do Serviço de Visão Subnormal do Hospital de Clínicas (HC) da Unicamp ou de outros serviços. Ela conta que a escola recebe orientações, mas a desinformação ainda é grande. “Já recebi relato sobre um professor que teria confundido o telescópio de um aluno com um brinquedo. Imagine o impacto dessa atitude na criança”. A professora da FCM lembra que há casos em sala de aula que ainda não foram diagnosticados e, como a baixa visão pode acarretar a não-aprendizagem e a lentidão de raciocínio, a criança pode passar inclusive por deficiente mental.

Dos escolares entrevistados, 80% declararam que o aparelho óptico os auxiliava muito em sala de aula e 60% afirmaram gostar do auxílio. No entanto, 50% admitiram constrangimento devido a provocações dos colegas.

Daniela dos Santos decidiu investigar o que ocorre com os alunos de baixa visão no ambiente escolar a partir de uma bolsa-trabalho no Centro de Pesquisas em Reabilitação “Prof. Dr. Gabriel Porto” (Cepre). “Chamou atenção, em meu trabalho no Cepre, os relatos sobre as brincadeiras de mau gosto por parte das outras crianças. Assim, resolvi saber o que realmente se passava em sala de aula”. A pesquisa foi apresentada no Congresso de Iniciação Científica da Unicamp e consta do trabalho de conclusão de curso de Daniela. (R.C.S.)

Foto: Antoninho Perri



A professora Maria Elisabete Rodrigues e a orientada Daniela dos Santos: uso de lupa gera brincadeiras de mau gosto